

Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção

Slavery and Post-Abolition in Ceará: memories and trajectories of the liberated populations in the city of Redenção

Arilson dos Santos Gomes*

RESUMO: Redenção, situada na região do Maciço de Baturité, é considerada a cidade símbolo da abolição no Estado do Ceará. No município, a libertação dos escravizados ocorreu em 1883, cinco anos antes da Lei Áurea de 1888. A partir das investigações a respeito dos descendentes de libertos na região, e por meio do uso de fontes orais, à luz dos conceitos de memória e memória coletiva (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989), realizaram-se entrevistas temáticas e sobre histórias de vida (ALBERTI, 2005). A intenção era auxiliar no entendimento a respeito dos possíveis destinos das populações libertas, em Redenção, após a abolição.

Palavras-chave: Redenção; Memória da escravidão e do pós-abolição; Afrodescendentes.

ABSTRACT: Redenção, located in the Maciço de Baturité region, is considered the symbol city of abolition in the State of Ceará. In the municipality, the liberation of the enslaved occurred in 1883, five years before the Golden Law of 1888. Based on investigations regarding the descendants of freedmen in the region, and through the use of oral sources, in the light of the concepts of memory and memory collective (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989), were conducted thematic interviews and life stories (ALBERTI, 2005). The intention was to assist in the understanding of the possible destinies of the liberated populations, in Redenção, after the abolition.

* Doutor em História (PUCRS), professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Membro permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH-UNILAB). Este trabalho é resultado do projeto *Da abolição à nova diáspora: história, memória e experiências das populações negras brasileiras e africanas em Acarape e Redenção – Ceará*, vinculado à Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) da Unilab. As pesquisas contaram com a atuação dos bolsistas Sabino Chimuco Samuel e Talia Alves, e foram realizadas com o apoio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica PIBIC/Unilab (2018–2019). Agradeço aos pareceristas da Revista Crítica Histórica as sugestões e críticas à primeira versão deste texto.

Keywords: Redemption; memory of slavery and post-abolition; afro-descendants.

Considerações iniciais

A cidade de Redenção — que, em sua fundação (1868), foi denominada Vila de Acarape — está situada na região do Maciço de Baturité e localiza-se a 55km da capital Fortaleza. Nessa cidade, considerada símbolo da abolição no Estado do Ceará, “[...] é recorrente em seu território a alusão espacial aos fatos históricos que tiveram lugar na cidade, sendo o principal deles a libertação dos escravizados em 1883, antecipando-se em cinco anos à Lei Áurea de 1888.” O local “[...] diferencia-se, uma vez que a cidade não apenas ‘contém’, mas ‘conta o seu passado’ numa linguagem particular.” (MACIEL, 2017, p. 191). Como consta na letra do hino oficial da cidade: “[...] de teu solo se ergueu, sobranceiro. Um punhado invencível de heróis. Desprendendo este brado altaneiro. Não queremos escravos entre nós [...]” (HINO OFICIAL DE REDENÇÃO, autoria Vital Bizarria).¹

Cabe ressaltar que, antes das construções oficiais, as ações empreendidas pelos libertadores cearenses, no século XIX, não foram tão liberais, já que o escravizador recebia o valor do escravo pago pelo fundo de emancipação. E, para o escravizado, “[...] a liberdade era atrelada a certas condições, como servirem de criados a seus ex-escravizadores” (FUNES, 2003, p. 103).

Ademais, tem-se uma forte influência oficial na elaboração de um imaginário sem racismos e sem preconceitos na cidade, como afirmou o prefeito Manuel Bandeira, por ocasião do 147º aniversário de sua emancipação em 2015. De acordo com Bandeira, “[...] hoje (a cidade) acolhe diferentes raças, culturas e etnias. A cidade cresceu, deu um salto gigantesco, através da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), um cartão postal para o Brasil e o mundo.” (MACIEL, 2017, p. 190).²

¹ Não se localizou o ano de composição do hino da cidade. Mas, provavelmente, ele foi composto poucas décadas após a abolição. Vital Bizarria, autor do hino, foi um poeta cearense. Nascido em Tauá, em 28 de abril de 1875, faleceu em Fortaleza no dia 2 de outubro de 1947. Era funcionário municipal (AZEVEDO, 2005).

² Originada de um projeto de lei de 2008, fundada em 2010, e dando início às suas atividades acadêmicas em 2011, a Unilab é uma instituição pública federal sediada na cidade de Redenção, Ceará. Por tratar-se de uma universidade cheia de simbolismos, “[...] a cidade de Redenção foi escolhida justamente por ser a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão em 1883.”. Tratando, ainda, de simbolismos da Unilab, o Campus dos Malês, na Bahia, fica situado em São Francisco do Conde, município que concentra o maior percentual de população negra no País, conforme o IBGE (BARROS; NOGUEIRA, 2015, p. 126). Destaca-se que a instituição surge no contexto das políticas de promoção da igualdade racial a partir dos impulsos do movimento negro às ações afirmativas e à educação étnico-racial (RIBEIRO, 2014).

Somam-se a essas perspectivas do passado os referenciais da atualidade, observados no cotidiano redencionista e espalhados pelos monumentos e pontos turísticos da cidade. Redenção comemora o pioneirismo da abolição, conquistada pelos heróis abolicionistas e pelas sociedades libertadoras, mas, ao mesmo tempo, traz o silenciamento da participação efetiva das populações negras na luta por sua liberdade.

A identidade negra, outrora elaborada pelo estigma das ideologias opressoras, hoje é ressignificada pelas ideologias dos movimentos sociais de maneira assertiva à resistência contra a opressão. No que tange às representações simbólicas, na cidade de Redenção existem dois monumentos relacionados diretamente às populações negras: um denominado “Negro Liberto” e outro, “Negra Nua”. Em ambas as representações, junto aos corpos negros monumentalizados, visualizam-se as correntes quebradas. No primeiro, destaca-se a tradicional imagem de um escravizado quebrando as correntes. No segundo, a figura de uma mulher negra, ajoelhada, dócil, com as correntes quebradas e agradecendo aos céus pela liberdade. Em comum, as representações simbolizam uma liberdade concedida, passiva, sem protagonismos.³ Esses monumentos destoam do que apregoam os representantes dos movimentos negros em consonância com uma identidade assertiva, ativa, e em contraponto aos estigmas de outrora. Entende-se a identidade negra, como um constructo cultural, político e social (GOMES, 2005).

Neste trabalho, a identidade, o *ser* e o *estar* no mundo, consciente das experiências como sujeito, são aspectos fundamentais. Diante disso, pergunta-se: quais teriam sido os destinos das populações libertas em Redenção após a abolição? Destaca-se que os embates e as disputas pela memória representam um importante elemento para compreender a questão.

³ O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas; tornando-se um legado à memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 525-526). Todavia, as representações visuais e estátuas que identificam a população negra, em sua grande maioria, reforçam o racismo e o lugar de subalternidade. Seja como escravo subjugado, seja como um sujeito dócil. A exemplo do monumento da Mãe Preta. A estátua da mãe preta do Brasil era uma homenagem às negras amas de leite, que amamentavam, principalmente, os filhos dos escravocratas na época da escravidão. Além de um resgate da representação do negro e da negra dócil. Sua índole fiel, mais devota às demandas da casa-grande que aos interesses da própria senzala, distanciava-a igualmente da figura do escravo revoltado, e vingativo” (RONCADOR, 2008, p. 131). A “Negra Nua” de Redenção fica na entrada da cidade em frente ao Campus Liberdade da Unilab, antigo Centro Administrativo. O monumento, símbolo da abolição, foi erguido em 1968, em pleno regime civil militar pelo artista plástico Eduardo Pamplona. O título que o autor deu a obra foi “A escrava”, mas os redencionistas a batizaram de “Negra Nua” (FERREIRA SOBRINHO *et al.*, 2011, p. 134).

Tal situação será problematizada por meio de bibliografia pertinente e do uso do livro “Compra e Venda de Escravos” de Redenção, à luz teórica do conceito de “memória”. Esse conceito está relacionado às experiências dos sujeitos que foram possibilitadas pela história oral (ALBERTI, 2005). Ademais, foram realizadas entrevistas temáticas e de histórias de vida.

Sobre o foco temático, entrevistaram-se moradores da região urbana, trabalhadores, com mais de 60 anos de idade e nascidos na cidade.⁴ Acredita-se que esses interlocutores podem propiciar indícios de como os moradores percebem os destinos das populações negras no pós-abolição. Quanto aos descendentes de libertos, o foco foram suas histórias de vida, uma vez que se reconhece que essas memórias podem oferecer um possível suporte para a “reconstrução” das experiências vivenciadas por seus antepassados.⁵ A primeira perspectiva implica uma dimensão mais abrangente da sociedade local, e outra, mais restrita, as subjetividades dos depoentes. Uma das dificuldades da pesquisa foi encontrar descendentes de libertos morando na cidade; existem remanescentes em locais mais distantes, como na serra do Maciço de Baturité. Por uma questão ética, e em respeito aos interlocutores, denominaremos de maneira abrangente suas identidades e seus locais de atuação.

Dos cinco interlocutores, três responderam a um roteiro de perguntas semiestruturadas, enquanto outros dois, descendentes diretos dos libertos da região, responderam a questões abertas e longas. As respostas de cada um deles incluíram “[...] sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou” (ALBERTI, 2005, p. 175).

Na narrativa, os descendentes de libertos instalados na cidade de Redenção também serão identificados como afrodescendentes; indivíduos que “[...] constituíram a massa trabalhadora durante todo o período da colonização brasileira [...] formando a

⁴ A escolha dos servidores públicos como interlocutores da pesquisa decorreu da perenidade das suas instituições de trabalho na história da cidade. Essa estabilidade propicia uma dimensão mais profunda da memória coletiva ou da “construção social da memória” (BOSI, 1979, p. 27) em torno da importância da abolição para a região. Para Ecléa Bosi, a partir da Halbwachs, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio. As instituições são formadoras do sujeito.

⁵ Para Ana Lúcia Araújo “estudar a memória da escravidão significa trabalhar na ausência da figura da testemunha, aquela que viveu a experiência dos fatos narrados” (ARAÚJO, 2009, p. 132). Compreende-se a impossibilidade, a partir das subjetividades dos depoentes, de reviver o passado como tal e qual. “Resta-nos reconstruir, no que for possível, a fisionomia dos acontecimentos”, como alerta-nos Ecléa Bosi (1979, p. 21).

população majoritária e fornecendo a base cultural do país, em associação com povos de outras origens.” (CUNHA JÚNIOR, 2005, p. 249). Situação que não significou — ao menos no cotidiano dessas populações — a transição de um sistema escravo para um sistema, de fato, livre.

Os estudos realizados sobre memória da escravidão e pós-abolição merecem destaque. Hebe Mattos (2006) investigou os processos históricos e os mecanismos de diferenciação sociocultural acionados, antes e depois da abolição do cativo, para a reprodução social da comunidade de São José da Serra no Rio de Janeiro. Para a autora, ocorrem novas disputas a partir da aprovação do artigo 68 da Constituição Federal (1988), que estipulou o reconhecimento e a demarcação das terras de comunidades negras, “remanescentes de quilombos”. Após 100 anos da abolição, “[...] os significados da cidadania, com a participação do movimento negro, estiveram em discussão. Memória do cativo, direitos de propriedade e ideologia racial voltaram a se entrecruzar” (MATTOS, 2006, p. 416). De acordo com o autor:

A nova identidade quilombola, reivindicada e racializada do passado cativo, foram escolhas políticas possíveis em relação aos usos simbólicos da memória compartilhada que garantiu desde a abolição, as relações do grupo com a família proprietária. (MATTOS, 2006, p. 435).

Ana Lúcia Araújo (2009) pesquisou as diferentes representações da escravidão e do tráfico atlântico presentes na “Rota dos Escravos” da cidade de Ajudá, no atual Benim. A análise consistiu em interpretar como os monumentos exprimem diferentes memórias e histórias da escravidão. Para a autora, a criação de museus, a organização de festivais e a construção de monumentos situados no espaço urbano do Benim constituíram a expressão das memórias públicas oficiais da escravidão. No começo da década de 1990, com o processo de redemocratização e as discussões de patrimônio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a região passa a mostrar aspectos de sua cultura e de sua história associados à escravidão. Araújo constata que a memória presente na cidade reproduz estereótipos à vitimização, mas algumas estátuas de cimento, concebidas pelos artistas beninenses Cyprien Tokoudagba e Dominique Kouas, evocando a religião vodun, afirmam a cultura contra a vitimização (ARAÚJO, 2009). O estudo de Araújo é importante para

compreendermos as dinâmicas existentes na consagração do patrimônio à história e à memória.

Em 2012, Hebe Mattos e Martha Abreu lançaram, a partir de materiais visuais produzidos pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), a coletânea “Passados presentes”, que trata de uma série de quatro documentários sobre trajetórias, memórias e práticas culturais dos descendentes dos escravizados na região da antiga província do Rio de Janeiro. A coletânea “[...] apresenta um elevado índice militante, com uma aguçada consciência do papel que a representação do passado e a representação da memória têm na política do presente e na luta pelos direitos de cidadania das populações afrodescendentes” (MATTOS; ABREU *Apud* PARÉS, 2014, p. 364).⁶

No Ceará, Paulo Henrique Souza Martins (2012) investigou a relação entre memória e história da escravidão, abolição e pós-abolição em Santa Quitéria, no Sertão cearense. Martins entrevistou moradores com mais de 70 anos de idade, bisnetos e netos de libertos na região entre 2006 e 2012. O pesquisador conclui que, antes das lembranças do passado, as memórias orais são “[...] importantes para o reconhecimento dos direitos de cidadania na busca de igualdade na diferença” (MARTINS, 2012, p. 116).

Este artigo considera como descendentes de libertos aqueles indivíduos que são netos e netas de escravizados, subjugados no período da escravidão, bem como os filhos e as filhas das populações pretas e pardas libertas na região. Em linhas gerais, esta narrativa busca contextualizar a escravidão e o pós-abolição no Ceará e na cidade, além de problematizar os destinos das populações libertas redencionistas nos espaços urbanos das terras da libertação.

Escravidão e Pós-Abolição no Ceará e em Redenção

As pesquisas destacam que, no Ceará, à medida que a ocupação foi-se efetivando, consolidou-se um espaço de trabalho que atraiu um contingente de homens livres — em sua maioria, pobres, negros e pardos — vindos das províncias vizinhas, na condição de vaqueiros, trabalhando no sistema de terras ou como

⁶ Mais informações sobre o Projeto “Passados Presentes” estão disponíveis em: <<http://www.labhoi.uff.br/linha-de-pesquisa/memoria-africanas-escravidao>>. Acesso: 20 mar. 2012.

moradores e agregados junto às fazendas de criar (FUNES, 2007; MILES, 2011; FERREIRA SOBRINHO, 2011).

O trabalho forçado, ao contrário do que ocorria em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro e, mais tarde, em São Paulo, não era tão dependente de uma economia de agricultura. Também os trabalhadores não eram requisitados para a mineração, como na região de Minas Gerais. De acordo com Miles, “[...] os africanos escravizados no Ceará foram usados desde o século XVII para pequenas plantações, cuidados com o gado, trabalhos domésticos, artesanais e outros e, no início do século XIX, para o cultivo de algodão” (MILES, 2011, p. 17).⁷

Conforme as pesquisas de José Hilário Ferreira Sobrinho, “[...] a origem étnica dos africanos que foram trazidos para a Província do Ceará é ongo-angolesa, ligada ao grupo linguístico Banto” (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 313).⁸

Há de se destacar que uma das formas efetivas de controle do sistema foi a ideologia cristã. Na época colonial, mesmo com os controles, ocorreram conflitos, revoltas e negociações realizados pelas populações negras junto à sociedade abrangente. Os escravizados mais radicais, “[...] que não queriam seguir as regras, formaram comunidades quilombolas [...]” (MILES, 2011, p. 65). Essas regras podem ser identificadas nos maus tratos, na venda indesejada e nas punições violentas. “Era aí que se encontrava a justificativa para as fugas [...]” (FUNES, 2007, p. 126), que foram muitas, conforme noticiavam os jornais cearenses *A Fortaleza* e *Cearense*, que circularam na década de 1870.⁹

José Hilário Ferreira Sobrinho demonstra que, no Ceará, além das fugas, que geravam os quilombos, os laços familiares e as irmandades religiosas se constituíram um aparato de experiências culturais que foram usadas como símbolo de resistência e de preservação identitária.¹⁰ “Eram estratégias de sociabilidades e de solidariedades”

⁷ Foi somente com o cultivo do algodão que a mão de obra africana se acentuou e o Ceará estava incorporado definitivamente ao mercado colonial graças à força de trabalho do nativo, do homem pobre livre, em especial dos negros e dos mestiços libertos, do cativo nacional e do cativo africano (FUNES, 2007).

⁸ De modo geral, os africanos vindos para o Brasil comportam dois grandes troncos linguísticos, bantos e sudaneses. No entanto, a escravização forçada trouxe várias etnias africanas: nagôs, jejes, benguelas, fulos, fulas, tuaregues, iorubás, mandingas, minas, háussas, adamauás, entre outros. Identificar essas pessoas somente como negros é desconsiderar a profundidade étnico-cultural desses povos. No passado, o termo “negro”, criado pelos europeus, e posteriormente positivado pelas organizações negras, era considerado pejorativo, já que remetia aos seres sem luz (GOMES, 2017).

⁹ No Ceará, há que se destacar as pesquisas de Alex Ratts na década de 1990. Seus estudos tiram do silenciamento as comunidades indígenas e quilombolas, e evidenciam resistências e protagonismos.

¹⁰ Para Henrique Cunha Júnior (2001), esses fatores representam as bases da resistência e da sobrevivência dos escravizados. Portanto, ao desembarcarem no Brasil, os africanos trouxeram culturas

(FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 312). Por isso, essas culturas, além de controladas, passam a ser perseguidas. As festividades, o samba, a umbigada e os maracatus também podem ser considerados atos de resistência (GILROY, 2007).¹¹

Eurípedes Antônio Funes, de acordo com essa perspectiva, aponta que, no Ceará, há toda uma experiência social historicamente construída por pretos, pardos e mulatos, assim como “[...] as marcas visíveis das suas sociabilidades e de seus engajamentos no mundo do trabalho, de suas práticas culturais e das lutas contra a discriminação e o preconceito” (FUNES, 2007, p. 103).

Após a Lei Euzébio de Queiróz (que proibiu o tráfico transatlântico de escravos), surge o tráfico interprovincial. Ser embarcado para as regiões do Rio de Janeiro ou de São Paulo gerava outras resistências, já que os laços familiares das populações escravizadas eram novamente destruídos (FERREIRA SOBRINHO, 2011). A primeira ruptura desses laços foi a vinda forçada do continente africano.

Aliás, desde 1831, com a Lei Feijó, que teoricamente proibiu a importação de escravizados para o Brasil, a imigração passa a ser pensada como solução para a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre. “Pensando na expansão cafeeira, alguns políticos insistiam na tese da colonização”. Em 1846, na Assembleia Provincial de São Paulo, o seu presidente, Rafael Tobias de Aguiar, “[...] congratulava-se com o governo da província pelo apoio dado à Casa Delrue e Cia, de Dunkerque, que se propunha a introduzir agricultores alemães, belgas e de outras nacionalidades em São Paulo” (COSTA, 1998, p. 201).

Ana Sara Irffi (2015) explica que tal situação se acentuou após as leis internacionais contra a escravidão e as reconfigurações sociais ocorridas no pós-abolição. A instituição da escravidão praticamente se dissolveu no Nordeste, onde terminou mais cedo do que no Centro-Sul. Com isso, “[...] ocorreu um deslocamento

e recriaram-nas como formas legítimas de resistência e possibilidade de sobrevivência da cultura negra e africana no Brasil. Em outra perspectiva, Homi K. Bhabha situa essas combinações como margens deslizantes de deslocamento cultural, em que se torna confuso todo o sentido profundo e autêntico de cultura nacional, uma vez que o hibridismo cultural e histórico do mundo pós-colonial é tomado por ele como lugar paradigmático de partida (BHABHA, 2007).

¹¹ Gilroy propõe que o compartilhamento das formas culturais negras pós-escravidão sejam abordadas por meio de questões relacionadas, que convergem na análise da música negra e das relações sociais que as sustentam. O caráter oral das situações culturais, nas quais se desenvolve a música da diáspora, pressupõe uma relação distintiva com o corpo. Essa relação expressão corporal-música foi resultado das brutais condições históricas. São performances e culturas negras fundamentadas no gestual, no lugar do textual, e se mesclam com as culturas ocidentais, mas que constituem elementos distintos das comunicações negras. Essas comunicações articulam múltiplas formas de comunicações globais e deslocam a cultura negra, influenciando a moderna cultura ocidental, dominando as culturas populares (GILROY, 2007).

maciço de escravos das regiões nordestinas, com destino, principalmente, às plantações de café do Sudeste” (IRFFI, 2015, p. 220). Provavelmente, tal circunstância influenciou a utilização da mão de obra em Acarape (Redenção).¹² Aliás, são nas regiões cafeeiras do País que as populações negras começam a concentrar-se, e, com o fim da escravidão, o imigrante passa a ser cada vez mais a solução. Entretanto, no Recôncavo baiano, a lógica foi outra, como aponta Bert Jude Barickman (1998/1999).¹³

Um acontecimento marcante na libertação dos escravos cearenses foi o protagonismo das sociedades abolicionistas.¹⁴ Em um período difícil para os escravizados e para toda sociedade cearense, devido às secas (1877–1880), a escravidão passa a ser atacada, já que a utilização de mão de obra escrava parece ser uma contradição em conjunto com a miséria de todos (BARBOZA, 2016).¹⁵ Além disso,

¹² Conforme o censo de 1872, a População da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Acarape (Vila de Acarape e, posterior, cidade de Redenção), a população era de 11.865 pessoas. Na demografia geral, as raças estavam distribuídas da seguinte maneira: 3.595 brancos, 7.604 pardos, 454 pretos e 212 caboclos (CENSO, 1872). Ou seja, a população de não brancos representava cerca de 70% dos habitantes. Desses, apenas 140 eram escravizados, 58 pardos e 82 pretos, sendo 70 homens e 70 mulheres.

¹³ Na Bahia, o Recôncavo, região em que se localiza São Francisco do Conde, era “[...] um centro importante da produção de açúcar e de fumo, foi um dos berços da *plantation* escravista nas Américas. No começo do século XIX, a região ostentava uma economia agrícola próspera e variada, que se baseava, em grande parte, na mão-de-obra escrava e cuja produção era destinada a mercados externos e locais. Mais do que isso, mesmo em 1872-73, a Bahia ainda tinha a terceira maior população servil do Brasil; ou seja, mais escravos ali moravam e trabalhavam do que na tão estudada província cafeeira de São Paulo.” (BARICKMAN, 1998/1999, p. 181). A passagem do trabalho escravo para o livre no Recôncavo não significou melhores dias e nem impediu que os ex-escravizados “voltassem fielmente para trabalhar nos canaviais, a troco de salários baixos” (BARICKMAN, 1998/1999, p. 234).

¹⁴ No Brasil, “O movimento abolicionista, contudo, é anterior a 1879 e a Joaquim Nabuco, um dos líderes do movimento antiescravista e “o mais poderoso difusor do recorte”. “Associações antiescravistas remontam às vésperas da lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico ultramarino de escravos em 1850”, e após, com “as crescentes manifestações coletivas contra a escravidão na segunda metade dos anos 1860, antes da Lei do Ventre Livre” (ALONSO, 2014, p. 117).

¹⁵ A grande seca que afetou a província do Ceará provocou intensas ondas de migração, como destacou Edson Holanda Barboza. Além da derrocada econômica, com a morte do gado, e a quase extinção da produção agrícola, os saques, os motins e as reivindicações por assistência pública foram constantes em Fortaleza, capital cearense, que quadruplicou sua demografia em decorrência do fluxo de retirantes vindos do interior. Os dirigentes cearenses tentaram restabelecer a ordem utilizando a concessão de passagens e o estímulo à migração para outras províncias, como um recurso para aliviar as tensões. As províncias situadas a oeste do Ceará (Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas) receberam a maior parte do fluxo migratório para ocupações agrícolas e para a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. A ferrovia teve aporte financeiro dos Estados Unidos, mas a permanência da escravidão no Brasil constituía obstáculo concreto para se atrair a “população de cor” norte-americana para o trabalho já que temia ser submetida ao cativo. A saída foi mobilizar os trabalhadores nacionais. “O empresário Thomaz Collins” contratou “com o cidadão José Paulino von Hoonholtz a introdução de 600 trabalhadores do Ceará”. No fim de julho de 1878, deixou o porto de Fortaleza, em direção a Santo Antônio do Rio Madeira, um grupo de trabalhadores retirantes. Em novembro o número de cearenses reduziu para 325. Doenças, mortalidade e falta de recursos foram as principais causas. O que ocasionou revoltas por parte dos retirantes cearenses que passaram a ser uma ameaça circulando na região em busca de oportunidades (BARBOSA, 2016, p. 12–17). Contudo, a cor desses retirantes fazia toda a diferença em uma sociedade racializada, como se observou nos impressos localizados na cidade de Marabá, no sudeste do Pará. Em outro estudo, também foram demonstradas as representações das homenagens aos pioneiros migrantes vindos do Sul e do Sudeste, enquanto os estereótipos negativos eram relacionados aos grupos

seguia o comércio de escravos nos portos do Ceará, principalmente para as lavouras de outros estados, como São Paulo. Surgem, no Ceará, para o combate a essas situações, as sociedades abolicionistas, com destaque para a Sociedade Cearense Libertadora (SCL), fundada em dezembro de 1880. No ano de 1881, foi criado o periódico da associação, denominado *Libertador* (MOREL, 1967, p. 89).¹⁶

No dia 27 de janeiro de 1881, os “libertadores” resolvem trancar o porto de Fortaleza ao tráfico negreiro. Os navios “Espírito Santo” e “Pará” foram impedidos de transportar escravizados pelos jangadeiros, que eram responsáveis pelo acompanhamento dos navios até o início das águas profundas. O primeiro líder do movimento grevista foi o pescador Antônio Napoleão e, depois, Francisco José do Nascimento. Segundo Edmar Morel (1967), influenciado pelos líderes da SCL, Nascimento assumiu a liderança dos grevistas. Concomitantemente à greve dos jangadeiros, os “libertadores” arrebatavam carruagens com escravizados destinados aos navios atracados no porto.¹⁷ José do Patrocínio, um dos abolicionistas mais conhecidos da época, manteve estreita relação com os abolicionistas cearenses.

Patrocínio fez visitas à região para participar dos eventos relacionados às libertações dos escravizados de algumas localidades do Ceará, em especial na cidade de Acarape (Redenção), primeira a libertar “em massa” essas populações — simultaneamente, em torno de 116 cartas de alforria. Em 25 de março de 1884, a província do Ceará decreta a abolição da Escravidão (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p.

indígenas e aos migrantes nordestinos, mestiços e negros oriundos do Maranhão e do Ceará (GOMES, 2019).

¹⁶ O abolicionismo foi um movimento, uma arena que contou no Ceará com jangadeiros, políticos e setores sociais. Conforme Ângela Alonso, o abolicionismo forma uma “rede em contínuo rearranjo, com posicionamentos que mudam ao longo do processo político, conforme as constelações de forças. Ao contrário das instituições, com seus membros fixos e fronteiras claras, movimentos têm limites fluidos e participantes voláteis, que entram e saem”. Portanto, José do Patrocínio, as Sociedades Libertadoras e o movimento dos jangadeiros constituem esse movimento, essa rede. Ângela Alonso constatou em impressos de nove províncias que as estratégias de mobilização ocorriam desde ações institucionais às manifestações públicas em espaços fechados e em espaços abertos, ação de difusão, ação simbólica, ação direta e ação de confrontação. Constata-se que os jangadeiros cearenses fizeram “ações diretas” contra a escravidão (ALONSO, 2014, p. 120–121).

¹⁷ Edmar Morel (1912–1989), por meio de entrevistas, impressos jornalísticos, diário íntimo do próprio Francisco José do Nascimento e documentos de família, conforme registrado na introdução do livro *Dragão do Mar o jangadeiro da Abolição*, publicado em 1949, teve como intenção criar a figura do jangadeiro Francisco José do Nascimento como um “herói da plebe”. Para Xavier (2009), essa meta foi plenamente atingida na publicação, já que Morel se esforçou para criar uma “áurea de luz” sobre o episódio da greve dos jangadeiros contra o embarque e desembarque de escravizados, bem como construiu, por meio de sua narrativa cronológica e coerente, um “verdadeiro herói” em torno da figura do jangadeiro. Apelidado, agora, de “Dragão do Mar” e desde pequeno chamado de “Chico da Matilde”, em virtude de ser filho da dona Matilde.

262).¹⁸

Eurípedes Antônio Funes afirma que

[...] o processo abolicionista, não só no Ceará, permite ao cativo recuperar a sua liberdade; mas vem acompanhado de uma série de medidas controladoras, que colocam esse indivíduo no seu (in) devido lugar, fecham-lhe todas as possibilidades de ascensão social e de direitos à cidadania (FUNES, 2007, p. 132).

De fato, a abolição não significou melhores dias. Como enfatiza Paulo Henrique Martins:

[...] a abolição total no Ceará ocorreu no dia 25 de março de 1884. Mas afora as memórias em que é erigido o edifício da façanha abolicionista, o pós-abolição na terra da luz é formatado pelo silêncio sobre o liberto e o negro no Ceará ou a depreciação de sua atuação de forma mais ampla (MARTINS, 2014, p. 44).

Em 1885, em medida paliativa, a liberdade é garantida para os escravos com idade superior a 65 anos. Em 1888, é promulgada a Lei Áurea e, no ano seguinte, a República.¹⁹

Wlamyra Albuquerque (2004) evidencia que a noção de raça estruturou e foi estruturada no contexto da abolição. Atitudes das autoridades policiais e políticos da época, os versos dos estudantes da faculdade de medicina do Bahia convergiam para a

¹⁸ Sobre esse episódio, José Hilário Ferreira Sobrinho traz outras perspectivas. Para ele, a causa da eficácia da abolição no Ceará foi o movimento dos jangadeiros, e não a SCL. Sobrinho destaca que os jangadeiros sofreram as experiências da escravidão, bem como foram testemunhas das embarcações de escravizados para o Rio de Janeiro e São Paulo, o que gerou reações dos jangadeiros negros Francisco Nascimento e Antônio Napoleão, principais lideranças do movimento que iniciou o final da escravidão no Porto de Fortaleza. Para Sobrinho, “[...] a classe média, influenciada pelas ideias modernas e liberais, com a fundação da sociedade abolicionista “Perseverança e Porvir” encontrou a ressonância necessária à recusa de não mais transportar para bordo dos barcos os cativos do sul” (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 262. No processo identificado pelo autor, teriam sido os jangadeiros negros os principais protagonistas do episódio.

¹⁹ No dia 19 de maio de 1888, na Câmara de Acarape, futura cidade de Redenção, em sessão presidida por Antônio Leonel de Vasconcellos, foi proposto que “[...] esta sessão fosse excepcionalmente para fazer uma manifestação de apreço à pessoa da Augusta princesa imperial pelo bem que fez a este império com a sanção da lei número trezentos e cinquenta e três de treze do corrente mez.” (sic). Ata de Reuniões da Câmara da Vila de Acarape. Acervo do Museu Memorial da Liberdade, Redenção/Ceará, 19 de maio de 1888.

as diferenças entre brancos e “homens de cor”. Foi um processo de racialização velado, que estabelecia critério de cidadania distintos entre negros e brancos. No campo político a persistência da racialização era percebido nos embates entre monarquistas e republicanos. Para Albuquerque a “ideia de que havia diferentes raças humanas fundamentou as expectativas e planos da sociedade que se inaugurava” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 231).

As discussões sobre raça eram motivadas pelo medo das elites relacionado às massas negras livres, legitimadas pelo darwinismo social e pelo racismo científico²⁰— consubstanciado pela política do branqueamento e pelas políticas de higienização — passando a contribuir para a invisibilidade e a marginalização, cada vez maior, das populações afro-brasileiras (GOMES; DOMINGUES, 2013).

As hierarquizações por raça e tipo também influenciaram as relações sociais no Ceará. O termo “cabra”, como constatou Ana Sara Irffi (2015), é um exemplo das classificações raciais e de uma dada condição social. A classificação “[...] resulta dos esforços acerca da tentativa de organização dos trabalhadores livres pobres e dos escravizados, mais amplamente, dos camponeses” (IRFFI, 2015, p. 26).

No Cariri cearense, no Sul do estado, o preconceito com relação à origem mestiça promoveu uma discriminação com a população de cor, comumente entendida como egressa da escravidão. No caso dos indivíduos classificados como “cabras”, essa relação foi reforçada e remodelada ao longo dos anos.²¹ Todavia, o termo era usado como um estigma relacionado à cor da pele de criminosos identificados pelo sistema,

²⁰ “O darwinismo social pode ser definido como a aplicação de leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida a nas sociedades humanas. Seu mentor foi o filósofo inglês Herbert Spencer (1820–1903). “No lado genético o darwinismo social considerou a que a definição e a hierarquização das raças se baseavam em caracteres aparentes (cor de pele, textura do cabelo, forma do crânio)”. Era uma ideologia em defesa do capitalismo e vinculou-se rapidamente a ideologias eugenistas e racistas. A eugenia foi fundada em 1883, pelo primo de Darwin, Francis Galton (1822–1911), que preconizava a formação pelo Estado de uma elite genética por meio do controle científico. Os inferiores seriam eliminados. O francês Lapouge (1854–1936) tentou demonstrar a relação entre status social e dos indivíduos e sua identidade biológica e racial. “O primeiro grande teórico do racismo foi o Conde Gobineau (1816–1882), que defendeu a superioridade da raça ariana” (BOLSANELLO, 1996, p. 154–155).

²¹ Márcia Amantino pesquisou as atividades econômicas e sociais dos inacianos na capitania do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. A autora aprofunda as especificidades do ordenamento social existente em uma sociedade excludente, hierarquizada e extremamente mestiça com base na mão-de-obra escrava, indígena ou negra. Em suas pesquisas Amantino questiona, nas fontes, o que significava “cabra” ou “parda” por um avaliador. Pergunta que para ela talvez nunca se tenha possibilidades de resposta. Para ela “o grande problema é identificar os critérios que foram usados pelas populações coloniais para classificar as pessoas... não houve um critério para definir quem seria identificado com alguma qualidade e muito menos qual teria sido esse critério” (AMANTINO, 2016, p. 92).

além de ser utilizado para caracterizar escravos relacionados a um escravizador. Cabras, caboclos, negros, pardos e mulatos formavam a sociedade de cor.²²

Eduardo França Paiva pesquisou os “Povos das Minas Gerais do século XVIII”, e traz outra complexidade à sociedade hierarquizada. Nas palavras de França:

Se alguém pensa que em todo esse período [...] todos formam a “população negra”, como se diz hoje, engana-se profundamente. Preto era preto, crioulo era crioulo, mulato era mulato, pardo era pardo, cabra era cabra, e não se misturam, muitas vezes. E tem mais, havia uma hierarquia [...] e quem é melhor que o outro? E, muitas vezes ser melhor que o outro não estava ligado exclusivamente à cor da pele, se um era mais preto ou menos preto que outro. É claro que isso também contava, mas nem sempre era esse o critério para se distinguirem [...] aqueles que tinham maior conhecimento sobre técnicas de construção, aqueles que tinham maior conhecimento sobre mineração se destacavam [...] estamos diante de uma sociedade que se conformou no viés da diferença [...] (PAIVA, 2009, p. 31, grifos nossos).

Após a abolição, os controles dos grupos hegemônicos se tornam mais sofisticados. Os projetos imigrantistas e o branqueamento não eliminavam o ideal de uma raça brasileira em formação, com base na mestiçagem, que era tomada como uma característica positiva (VIANA, 1922; MUNANGA, 2004).²³

Mas, nem todas as elites compactuavam com a mestiçagem. A produção tradicional histórica do Ceará a recusava veementemente. Como escreveu Américo Ribeiro, em seu texto sobre o Tricentenário do Ceará (1603–1903):

²² Para Gilroy, a consagração da raça colocou as tradições dos grupos oprimidos à margem das histórias oficiais da modernidade, relegando-as aos espaços atrasados do primitivo e do pré-político. Segundo o autor, as noções fechadas de raça devem ser superadas, já que esse, parafrazeando Frantz Fanon, diz que “[...] o negro escravizado por sua inferioridade, assim como o homem branco escravizado por sua superioridade, comportam-se com uma orientação neurótica”. Porém, “[...] a ideia de inumanidade inspirada pela ideia de raça e associada a ela confinam, sem dúvida, à escravidão, ou às formas brutais de segregação que a sucederam. Eles surgem de inúmeros episódios na história colonial e das operações genocidas que provaram ser o momento maior triunfante da raciologia.” (GILROY, 2007, p. 37).

²³ A mestiçagem torna-se uma solução para o branqueamento da nação. Oliveira Viana (1883–1957), inclusive, disse que “[...] quanto maior for o sangue ariano nos mestiços, mais rápido estes tenderão a revestir-se dos atributos somáticos do homem branco” (VIANA, 1922). Kabengele Munanga (2004), afirma que não se deve confundir o fato biológico da mestiçagem com o processo de identificação e da identidade, cuja essência é fundamentalmente política e ideológica (MUNANGA, 2004, p. 118–119).

O Ceará, mais feliz quanto ao povoamento de outras províncias, nem ao menos se deve queixar, como a Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, da mescla, tão condenada [...] de certos elementos e hábitos africanos, o fetichismo dissolvente que por aí campeia em práticas e cenas e cerimônias ridículas e indecentes [...] (BARRETO *Apud* FUNES, 2007, p. 103–104).

Ou seja, as culturas africanas — legítimos elementos de resistência negra na diáspora — eram consideradas culturas indecentes por Américo Ribeiro.²⁴

Antônio Bezerra de Meneses, Barão de Studart e João Cordeiro, membros da SCL, tiveram outra sorte com o advento da República. Tornando-se políticos reconhecidos e membros fundadores do Instituto Histórico do Ceará (1887), foram os responsáveis diretos pela elaboração da história oficial do Estado (com destaque para o “pioneirismo” da abolição) sem preocupações com a trajetória e os rumos dos grupos negros. Essa é uma situação comumente identificada na historiografia tradicional do Ceará, pois, conforme Raimundo Girão, “[...] os negros eram poucos” (GIRÃO, 1962 *Apud* FUNES, 2011, p.104).²⁵

De acordo com a entrevista realizada com a funcionária pública do segmento cultural, na contemporaneidade, os libertos da cidade não tiveram muitas alternativas, pois:

A maioria (dos libertos) quando aconteceu a abolição eles foram embora, cada um tomou seu rumo, mas alguns ficaram trabalhando aqui em residências de famílias, em sítios e assim era a vida deles, e sempre responsáveis cumpridores dos seus deveres. E é assim que a gente ouvia falar. **Eles trabalhavam em engenhos, na confecção de**

²⁴ Para José Hilário Ferreira Sobrinho, essa postura metodológica liberal-positivista procurava privilegiar os grandes feitos de personagens políticos, geralmente brancos [...], sendo o silêncio histórico em torno dos negros e de suas ações algo intencional (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 262).

²⁵ Essa afirmação de Raimundo Girão é, no mínimo, questionável, já que, segundo os censos, “[...] no início do século XIX, a presença de afro-brasileiros já era significativa por estas terras cearenses, onde negros e pardos libertos somavam 60,7% de uma população total de 77.375 habitantes. Neste universo, a população negra e parda cativa somava 12.254, ou seja, 15,8% da população” (FUNES, 2007, p. 104). Por isso, conclui-se que os negros sempre existiram no Ceará, o que ocorreu é que eles foram invisibilizados pela historiografia tradicional, diferente do mestiço que passa a ser decantado como um tipo regional. Em Redenção pretos e pardos formavam 68% da população, conforme o Censo de 1872.

rapaduras, cachaças e no canavial (FUNCIONÁRIA A, 2019, grifos nossos).²⁶

Sob o seu ponto de vista, outra interlocutora aponta situações a partir das quais é possível identificar os destinos das populações negras em Redenção no pós-abolição:

Na época muitos dos escravos, muitos não eram poucos, pelo fato de Redenção ser a primeira também foi pela quantidade mínima de escravizados, por conta disso, alguns resolveram ficar com seus patrões e outros foram embora daqui. Mas se você observar existiu famílias de descendentes de escravos aqui e eu lembro bem de uma senhora e ela faleceu e deixou uns filhos, mas até esses filhos dela ninguém tem notícias deles. Mas se você olhar pela população de Redenção olhando pela miscigenação, você pode perceber que tem muitos descendentes, mas eles não se denominam descendentes de escravizados. Eu particularmente não lembro e não tenho informação se na minha família nas gerações anteriores tinha algum descendente, mas eu acredito que sim se for feito uma pesquisa eles estão por aqui [...] somos nós a geração atual [...] outros libertos foram para Fortaleza e muitos procuraram outras cidades (FUNCIONÁRIA B, 2019, grifos nossos).²⁷

Em seu relato, a entrevistada informa a existência de poucos escravizados na região na época da abolição, um fator que pode estar associado aos deslocamentos desses trabalhadores para as plantações de café no Sudeste. Ela pontua que, por falta de alternativa, os libertos ficaram nas fazendas. Na atualidade, a falta de reconhecimento dos laços dos moradores com os antigos escravizados pode estar relacionada à miscigenação. Por outro lado, pode ser uma defesa contra os estereótipos relacionados à escravidão em uma cidade que alude à libertação.

No intuito de localizar descendentes dos libertos, de maneira mais específica e assertiva, perguntou-se para os/as entrevistados/as se eles conheciam sujeitos vivos identificados com as populações pesquisadas. Conforme um dos relatos:

²⁶ Entrevista realizada com Funcionária, mais de 60 anos de idade. Local, cidade de Redenção, 2019.

²⁷ Entrevista realizada com Funcionária, mais de 60 anos de idade. Local, cidade de Redenção, 2019.

Eu conheço uma senhora que ela é descendentes de escravos, ela mora no núcleo urbano, numa localidade aqui perto e o nome dela eu não sei [...] é uma senhora baixinha que a família toda é descendentes de escravos, conheço alguns sobrinhos dela também. Essa senhora anda sempre pela rua com várias roupas uma por cima da outra e ela costuma viajar indo de uma localidade para outra e ela pede [...] ajuda. Mas é uma senhora lúcida e acredito que ela vai lembrar de algumas coisas para falar e ela deve ter aproximadamente uns 70 anos de idade (FUNCIONÁRIA A, 2019, grifos nossos).²⁸

Nesse sentido, o “núcleo urbano” passa a ser um local da cidade a ser investigado para a consecução dos objetivos da pesquisa.²⁹ Em outra entrevista, um servidor da cidade destacou que:

O tempo passa e os anos vão levando as pessoas e vai chegando a nova geração neto, bisneto e tataranetos eu convidaria para fazermos um trabalho de visita à Serra para podermos conversar com pessoas de 90 e 95 anos essas pessoas deviam ser entrevistadas (FUNCIONÁRIO C, 2019).³⁰

Na ocasião, o depoente relacionou a pesquisa aos remanescentes de quilombos da região, sendo a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, na cidade de Baturité, a mais destacada. Outro local conhecido na Serra pela ampla utilização da mão de obra escrava, no passado, foi a Fazenda Gurguri, atualmente um atrativo turístico. Contudo, a delimitação espacial da proposta situa-se em localizar os descendentes de libertos nos espaços urbanos de Redenção.

Os destinos das populações libertas nos espaços urbanos de Redenção

Destaca-se que alguns indícios apontam para a presença indígena na região antes de a cidade de Acarape receber o nome de Redenção. Conforme informações

²⁸ Entrevista realizada com Funcionária, mais de 60 anos de idade. Local, cidade de Redenção, 2019.

²⁹ O termo “núcleo urbano” foi utilizado para reforçar o anonimato da localidade e dos consultados.

³⁰ Entrevista realizada com Funcionário, mais de 60 anos de idade. Local, cidade de Redenção, 2019.

coletadas em entrevista com uma professora que lecionou por mais de 30 anos na cidade:

O nome de Redenção surgiu em decorrência da abolição dos escravos, mas antes disso até chegar ao nome de Redenção tem todo um histórico que pouca gente conhece, que no início ninguém sabe exatamente quando começou a povoação. Sabe-se que essa região era habitada pelos índios tapuias, que vieram da região do Jaguaribe e eles haviam fugido das guerras que havia lá, chegaram até aqui e se firmaram nas margens do rio Pacuti, não se sabe uma data exata, mas temos que fazer uma pesquisa pra saber sobre isso (FUNCIONÁRIA B, 2019).³¹

Nas lembranças dos antigos moradores, a região era denominada “Cala Boca”, uma forma grosseira de tratamento. A vila de Acarape foi instituída pelo decreto assinado por Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, o então presidente da Província do Ceará, em 5 de dezembro de 1868. A primeira Câmara Municipal foi criada em 21 de agosto de 1871, época em que a população tinha “[...] 14.703 almas.” (CÂMARA DE VEREADORES DE REDENÇÃO, *sd, sp*). É interessante evidenciar que, no censo realizado no ano seguinte (1872), o número de habitantes da cidade foi de 11.865. Quais os motivos dessa diferença?³²

Em 1º de janeiro de 1883, a Câmara decide que “[...] nesta terra não há mais escravos.”. Seis anos depois, em 17 de agosto de 1889, é promulgada a Lei nº 2.167, que elava Acarape à categoria de cidade, dando-lhe o novo nome de Redenção. Em 1987, é sancionada a Lei nº 11.308, que cria o município de Acarape, desmembrando-o de Redenção. Atualmente, existem os dois municípios.

³¹ Entrevista realizada com uma professora com mais de 60 anos de idade e mais de 30 anos de atuação no magistério. Ela relatou que veio para Redenção em 1970, após concluir o Ginásio. Iniciou o seu trabalho em educação em 1987. Nesse tempo ela participou como aluna e, depois como professora dos desfiles que ocorriam no dia 25 de março (abolição dos escravos no Ceará). A depoente lembra de um desfile ocorrido em 1976, em que houve um enredo no desfile que contava a história de Redenção. Local, cidade de Redenção, 2019/2021.

³² Na Vila de Acarape (atual Redenção), como o analisado no “Livro de Compra e Venda de Escravos” do acervo do “Museu Memorial da Liberdade”, entre os anos de 1876 e 1881, ocorreram 28 (vinte e oito) negociações envolvendo a compra e a venda de escravizados. Ao todo 38 pessoas foram negociadas, em alguns casos foram negociadas famílias inteiras. Nesse universo foram 11 homens e 27 mulheres negociadas, na Vila de Acarape, por compradores de Fortaleza, Baturité e Pacatuba. Essa diferença provavelmente esteja vinculada as funções que exerceriam esses sujeitos. As mulheres, provavelmente, trabalhariam em residências e os homens nas fazendas. Outra questão que merece destaque é que as mulheres eram todas solteiras, enquanto os homens 7 eram solteiros e 4 eram casados.

Mas, é em Redenção que a memória oficial reproduz aspectos afetivos profundos em relação à abolição. Segundo Maurice Halbwachs (1990), a lembrança é fruto de um processo coletivo, na medida em que necessita de uma comunidade afetiva forjada no entreter-se internamente com pessoas, que é característica das relações com os grupos de referência. É essa comunidade afetiva que possibilita atualizar a identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomar o hábito e o poder de pensar e lembrar como membro do grupo (SCHMDT *et al.*, 2016).

Nesse sentido, com orgulho, os redencionistas congelam — em consonância com a memória oficial — as representações da cidade em documentos e objetos no universo da bondade do ato libertador ou na figura do escravo objeto, sem, no entanto, estabelecer vínculos transformativos e críticos àquelas construções do passado.³³ Em Redenção, por exemplo, existem monumentos, obeliscos, museus, supermercados, praças e ruas que relembram o pioneirismo da Abolição em uma memória “enquadrada”, como aduz Michel Pollak (1989). Situação refletida a partir de uma fotografia localizada no acervo do Memorial do Negro Liberto de Redenção, em que se visualiza a imagem da Senhora Marieta Cals em uma festa organizada na cidade.³⁴

A esposa do ex-governador César Cals, Marieta Cals, visitou Redenção no dia 25 de março — data festiva em alusão à abolição no Estado do Ceará — provavelmente entre os anos de 1971 e 1975, período em que o seu esposo era governador do Estado. Na ocasião, a esposa do governador recebeu a chave da cidade de Redenção de uma “[...] descendente de escravos”.

Marieta foi esposa de um dos “[...] ex-governadores do Ceará da época do coronelismo político”, como consta na biografia encontrada no site da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.³⁵ Quanto à descendente de escravos, sem nome, sua

³³ Para Ecléa Bosi “a construção social da memória se dá quando um grupo trabalha intensamente em conjunto. Com isso, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, “universos dos discursos”, “universos de significados”, que dão ao material a base de uma versão da história, uma versão consagrada dos acontecimentos. Por outro lado, tem-se o esquecimento de tudo que “atualmente” não seja significativo para o grupo de convívio da pessoa (BOSI, 1979, p.27). O “universo de significados” das populações locais é a abolição da escravidão, enquanto as populações libertas, essas tornaram-se pouco significativas à cidade.

³⁴ A fotografia antiga, sem datação, foi localizada no acervo do Museu Memorial da Liberdade, Redenção/CE. *Sd.* O Museu Memorial da Liberdade é uma instituição vinculada à Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude de Redenção. Foi criado em 28 de dezembro de 1997, e seu acervo é composto por objetos antigos e documentos do período da escravidão. Durante as pesquisas, realizadas entre agosto de 2018 e agosto de 2019, tivemos o aparato e a estrutura do espaço a nosso dispor.

³⁵ O coronelismo político no Ceará contou, ainda, com Virgílio Távora e Adauto Bezerra. Sobre a primeira-dama da imagem, além de ser esposa do ex-governador do Estado, César Cals, Marieta foi mãe de dois outros políticos cearenses: César Cals Neto e Marcos Cals. César Cals Neto, o mais velho dos cinco filhos de Marieta e César Cals, foi o 40º prefeito de Fortaleza, atuando entre os anos de 1983 e 1985.

trajetória de liberdade se torna um desafio ao pesquisador. Porém, o ato de ela entregar a chave da cidade à primeira-dama é carregado de simbolismos, já que a chave representa o objeto para a abertura da casa. Nessa situação, representa a abertura da cidade da “libertação”.

Em sua pesquisa sobre a resistência da escravidão no Ceará, citando Moses Finley, José Hilário Ferreira Sobrinho afirma que:

[...] a liberdade não é um termo autoevidente. Ela só pode ser entendida de uma forma dialética, ou seja: em oposição à noção de ‘não liberdade’. Não se trata, portanto, de um conceito estático, mas um ‘terreno’ de conflitos [...]. Se não for devidamente contextualizada, dentro do tempo da história, a liberdade corre o risco de tornar-se um tema meta-histórico (FINLEY *Apud* FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 38).

Portanto, utilizar uma “descendente de escravos” somente em alusão à liberdade oficial pode significar algo estático, já que o relevante seria estabelecer reflexões, conexões entre o cotidiano passado da descendente e aquele presente, mostrando se essa transição entre a escravidão e a liberdade, de fato, alterou a sua vida. As experiências são oriundas da vida prática e, para Edward Thompson (1981), a consciência social advém das experiências vividas, que podem ser encarnadas em tradições, sistemas de valores e ideias. Ou seja: os elementos fundamentais das identidades dos sujeitos são, em nosso entendimento, constructos da orientação, das experiências e, portanto, da consciência histórica.

Quanto à identidade, essa é um modo de “ser no mundo” com os outros; é um fator importante nas redes de relações e uma referência cultural dos grupos sociais. A identidade indica “[...] traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivais, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana” (GOMES, 2005, p. 41).

Foi sucedido pelo ex-prefeito Barros Pinho. Foi também deputado federal. Marcos Cals foi, em 1986, eleito o deputado estadual mais jovem da história do País, com 22 anos de idade. Foi presidente da Assembleia Legislativa do Ceará por dois mandatos e candidato derrotado ao governo do Estado em 2010 e à prefeitura de Fortaleza em 2012. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/13278-morre-ex-primeira-dama-marieta-cals>>. Acesso em 11 fev. 2021.

Diante disso, as experiências e as identidades dos redencionistas estão estreitamente vinculadas à libertação, como algo congelado em um passado harmônico, belo e sem tensões aparentes. Já os descendentes de libertos, sem reflexões, são fixados à benevolência das condições ou simplesmente à escravidão.

Nas décadas de 1970 e 1980, a parcela mais pobre da população (incluindo os descendentes de libertos) moravam no morro Alto Santa Rita, em construções de taipa. Situação que seria alterada, posteriormente, quando dos seus deslocamentos para a periferia. Conforme relato do funcionário entrevistado, entre 1999 e 2000, foi executado um projeto que consistia em construir 180 casas populares e

[...] derrubar 180 casas de taipa no lugar chamado Alto Santa Rita, onde hoje tem a escadaria (atrativo turístico da cidade). Mas antigamente era cheio de casas [...] construímos a escadaria com 180 degraus que hoje faz parte da história turística do município e construímos na época o “Núcleo” [...] onde moram essas famílias (FUNCIONÁRIO C, 2019).³⁶

Os relatos dos interlocutores identificam o território do “núcleo urbano” como um local estigmatizado, o que não é mera coincidência, já que nesse espaço vivem os mais pobres. É interessante destacar que, na contemporaneidade, apesar do ideal da libertação fortemente presente na cidade, o estigma territorial continua a oprimir as populações afrodescendentes.³⁷

Ao se investigar sobre os destinos dessas pessoas, por meio de entrevistas orais com moradores locais, são comuns as informações de que os descendentes de libertos moram em bairros perigosos e que, comumente, são lembrados como pedintes. É como se essa fosse a única versão relacionada à história dessas populações. Tal situação merece questionamentos a partir das experiências dos próprios sujeitos.³⁸

³⁶ Entrevista realizada com Funcionário, mais de 60 anos de idade. Local, cidade de Redenção, 2019.

³⁷ Os estigmas e preconceitos formulados aos territórios em que vivem as populações negras, como observado em Redenção, é recorrente em nossas investigações. Essa situação foi identificada em capitais como Porto Alegre/RS e Fortaleza/CE e em cidades do norte do Brasil, como Marabá/PA. Regiões em que tivemos a oportunidade de atuar em projetos e orientações sobre a trajetória dessas populações. Por uma questão ética, e em respeito aos interlocutores, não denominaremos os seus nomes e a sua localidade.

³⁸ A História Oral, como metodologia “[...] é uma história de experiências.”. “É uma possibilidade de nos aproximarmos empiricamente de algo como o significado da história dentro da história [...]” e permite questionar de modo crítico a aplicação de teorias macrosociológicas sobre o passado; permite a mudança de perspectiva, como aponta Verena Alberti. “O trabalho com a História oral pode mostrar

Por meio das oralidades, os grupos não hegemônicos continuam tendo que lutar para manter seus valores, sua cultura, suas lembranças, seus pertencimentos e, principalmente, sua identidade positiva. A memória subterrânea (POLLAK, 1989), muitas vezes mantida pela oralidade e por outros suportes, sustenta os laços vividos e as lembranças das dificuldades enfrentadas, e permite a manutenção dos referenciais, além das críticas diante de uma cosmovisão oficial.

Em relatos de dois descendentes de libertos, denominados descendente A e descendente B (ambos, residentes no território estigmatizado), constatou-se que a liberdade de seus ancestrais e seus destinos foram restritos. Em suas experiências, foram identificados aspectos de trabalho e de controle, e observou-se que ambos não frequentaram a escola e que eram analfabetos. Conforme as informações colhidas da descendente de liberto A, com cerca de 90 anos de idade, residente em um dos locais considerados estigmatizados de Redenção: “Meu pai trabalhou no roçado, fazia farinha [...] eu trabalhei de roçado, na plantação de café, na casa de farinha raspando mandioca [...]”. Ela, mais adiante, conta que a bisavó “[...] era escrava, também trabalhava na casa de farinha e de roçado, colhia legume.” (DESCENDENTE DE LIBERTO A, 2019).³⁹

Eylo Fagner Silva Rodrigues aponta que “[...] senhores (Escravidores) possuidores de 20 escravos constituiriam uma rara exceção [...]” na cidade. “Ali, subsistiu um escravismo marcado pelo predomínio dos pequenos proprietários [...] Nesse sentido, a própria relação entre escravo e senhor pressupunha uma proximidade maior [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 27).

No Recôncavo Sul baiano, era comum escravizadores trabalharem lado a lado com escravizados. Entretanto, como demonstra Edinéia Souza “[...] essa aproximação era limitada, tendo em vista que o maior bem que se podia acumular era a propriedade da terra e esta era uma forte condição para a hierarquização e a manutenção das relações de dependência e mandonismo” (SOUZA, 2012, p. 129). Essa situação referencia a nossa proposta.

A partir do relato apresentado, é possível perceber que o trabalho executado na escravidão permanecia, mesmo com a transição para a liberdade. O “roçado”, cultivo

como a constituição da memória é um objeto de contínua negociação. [...] Hoje há consenso de que é preciso ter em mente que há uma multiplicidade de memórias em disputa.” (ALBERTI, 2005). Até o presente momento, por ocasião do projeto que originou este artigo, foram entrevistadas cinco pessoas: três funcionários de repartições públicas da cidade de Redenção e dois descendentes de libertos.

³⁹ Entrevista realizada com descendente de liberto A, 90 anos de idade. Local, cidade de Redenção, 2019.

agrícola, continuava sendo uma prática comum, como se não tivesse ocorrido uma ruptura de passagem da mão de obra escrava para o trabalho livre.⁴⁰

Em um diálogo ocorrido com seu irmão mais novo (o descendente de liberto B, de 62 anos de idade), foram evidenciadas situações inquietantes em sua fala, como conflitos e opressões sofridos por sua bisavó escravizada.⁴¹ Tais experiências chegaram a sua memória por meio da oralidade, e foram passadas de geração a geração. Inclusive, confirmam as suas palavras: “[...] é uma história que a minha bisavó contava pra minha avó e ela chegou até nós [...]”.⁴²

Segundo o relato do descendente de liberto B, naquele tempo

[...] não existia político, havia um homem, o dono [...] esse era o nosso patrão onde nós fomos nascidos criados lá num lugarzinho chamado “Quadro”, nesse tempo, a minha avó contava que não existia político existia um negócio chamado de “jagunço” que era uma tropa que andava no mundo tudo armado tipo os cangaceiros [...] E minha bisavó teve que se esconder para não ser pega pelos jagunços e se escondia dentro da mata, os jagunços eram pessoas que atiravam nas pessoas por maldade eram perversos, eles andavam com armas perigosas uma tal de carabina arma da época (DESCENDENTE DE LIBERTO B, 2019) (Grifos Nossos).⁴³

⁴⁰ Para Maria Cristina Cortez Wissenbach, na edificação da nova República “[...] existia uma visão excludente de tudo que não contivesse a marca da modernidade ou que não deixasse transparecer um certo ar europeizado que se buscava, entre outros projetos”. Em certa medida, segue a autora, essa dominação se seguiu à abolição e não reconhecia o que não se enquadrasse no esquema dual, deixando sem razão de ser amplos segmentos da vida econômica e da sociedade brasileira. Nos documentos da época é comum encontrar registros de atos de disciplinarização, dominação escravista e personalista, “destituía-se sobretudo os homens livres pobres de sua humanidade e do simples direito de existência” (WISSEMBACH, 1997, p. 19).

⁴¹ A lembrança do descendente aqui é fundamental para análise da pesquisa. Porém, “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais do passado”. Nesse caso, a oralidade da bisavó do entrevistado, em sua infância. Por isso, entende-se o relato do descendente de liberto como um conjunto de representações emitidas no presente, o que possibilita a “desconfiguração” a partir dos valores e da atualidade. O que não inviabiliza a nossa “reconstrução histórica no que for possível” (BOSI, 1979, p. 21).

⁴² Entrevista realizada com descendente de liberto B, 62 anos de idade. Local, cidade de Redenção, 2019.

⁴³ *Ibidem*. O relato exposto evidencia o mandonismo e a sequência da opressão sentidas mesmo com a abolição. Assim se deu com a escravizada Maria, moradora da cidade de Acarape (hoje Redenção) e libertada em 19 de agosto de 1881. Maria fora liberta junto com mais oito cativos de um mesmo proprietário, o sexagenário tenente-coronel Simião Telles Jurumenha, o primeiro intendente da cidade. O tenente-coronel Simião não concedeu alforrias gratuitas e sem condições para todos os seus escravos. Maria e Joana são exemplos. Visto que, à Joana, ele demandou uma indenização de 300 mil réis, da qual inclusive já seria “depositário judicial a seu pedido”. Enquanto à Maria, estabeleceu uma alforria ‘com a condição de servi-lhe de criada em seu resto de velhice e de vida’ (LIBERTADOR. Fortaleza, ano 01, nº 18, 26/08/1881, p. 04 *Apud* RODRIGUES, 2012, p. 237).

Nas relações de dependência, “[...] mandonismo e coronelismo demarcaram as experiências (na escravidão) e no pós-abolição” (SOUZA, 2012, p. 20). Novamente, citando o Recôncavo Sul baiano, a fim de se fazer uma comparação com a situação do chamado “jagunço”. O jagunço poderia ser, guardadas as proporções, um certo tipo de “coronel” ou estar a mando dele.

Segundo Edinéia Maria Oliveira Souza, coronel “[...] não era somente o chefe político ou militar, mas também médios proprietários de terras que exerciam a função de liderança nas comunidades locais” (SOUZA, 2012, p. 129). Destaca-se que, em Redenção, dos 10 primeiros intendententes do município, entre os anos de 1871 e 1891, seis foram coronéis, dois tenentes-coronéis e um capitão.⁴⁴ Ademais, “[...] a violência e a sujeição, característica do sistema escravista eram ameaças à cidadania” (SOUZA, 2012, p. 243).

Portanto, além da exploração do trabalho, a violência e o controle foram constantes na escravidão e no pós-abolição, em que pesem as comemorações alusivas à liberdade, tão evidenciada na memória oficial e afetiva dos redencionistas. Uma realidade bastante diferente dos relatos enunciados pela memória subterrânea dos descendentes de escravizados e de libertos, que demonstram os limites à cidadania e a seus destinos.

Considerações finais

⁴⁴ Conforme dados da pesquisadora Maria Ladeisse Silveira, os intendententes da cidade foram: o Tenente Coronel Simião Telles de Menezes Jurumenha (1871-1873), o Capitão Augusto Alexandre Castelo Branco (1873-1875), o Tenente José Joaquim Araújo (1875-1978), o Coronel Francisco Benvindo de Vasconcelos (1878-1879), o Coronel Antônio Leonel de Vasconcelos (1879-1881), novamente o Tenente Coronel Simeão Teles de Menezes Jurumenha (1881-1883), o Coronel Honorato Gomes da Silveira (1883-1885), avô da pesquisadora que compilou os dados, novamente, o Coronel Francisco Benvindo de Vasconcelos (1885-1887), novamente, o Coronel Antônio Leonel de Vasconcelos e novamente o avô da pesquisadora, o Coronel Honorato Gomes da Silveira. Os dados foram compilados pela pesquisadora Maria Ladeisse Silveira. Em artigo escrito em 2006, Ricardo Kotscho, entrevistou Ladeisse, na época doente, com 64 anos de idade. Kotscho diz que ela “pode ser considerada a ‘dona da história’ de Redenção. Ladeisse teria dito ao autor que “quando a liberdade chegou, eles (escravizados) foram embora, ao encontro de seus parentes que haviam ficado em outras cidades brasileiras”. O que reforça o indício dos destinos dos libertos na cidade, segundo a memória dos depoentes. Sobre Ladeisse, segundo o autor: “para começar sua pesquisa, Ladeisse não precisou nem sair de casa, já que morava com a família o Preto Almino, um filho de escravos libertos que fora trabalhar para Honorato Gomes Silveira, o avô de Ladeisse e membro da primeira Câmara Municipal de Redenção, instalada em 1871 (KOTSCHO, 2006). Maria Ladeisse Silveira pesquisou por cerca de 40 anos a história da cidade. Em 2015, parte da coleção particular da Maria Ladeisse Silveira foi doada à Unilab, para constituir a base do Núcleo de Documentação Cultural (SILVA; SOUZA, 2016).

Em consonância com as pesquisas de Paulo Henrique de Souza Martins, compreendemos que a abolição “[...] sem sombra de dúvida, é o tema mais estudado da história do Ceará”. Contudo, “[...] a história da abolição ainda pode apresentar questionamentos sobre os quais não foram dadas respostas substanciais” (MARTINS, 2014, p. 23). Questões, como, por exemplo, “quais teriam sido os destinos das populações negras em Redenção após a abolição?”

No caso de nossa investigação circunscrita à cidade de Redenção, primeira cidade a abolir a escravidão na província do Ceará, os destinos das populações libertas e as promoções para a sua cidadania foram inconclusas em que pese os simbolismos das homenagens e os desfiles festivos alusivos à libertação.

Uma dificuldade enfrentada na proposta foi a localização de descendentes de libertos no perímetro urbano da cidade. A falta de reconhecimento dos laços dos moradores com os antigos escravizados pode estar relacionada à miscigenação. Por outro lado, pode ser uma defesa contra os estereótipos relacionados à escravidão em uma cidade que incansavelmente alude à libertação.

Outra questão a considerar é o apagamento da memória da população em relação às agruras da escravidão, em parte motivado pelo enquadramento da memória (POLLAK, 1989), e reproduzido pelo discurso oficial. Os desfiles escolares, o hino, os monumentos, a denominação das praças e dos demais espaços públicos e privados da cidade constantemente reforçam a humanidade da cidade e de seus heróis libertadores, inclusive nos desfiles cívicos do dia 7 de setembro (SILVA; SOUZA, 2016). É como a “consagração” ensinada na família, na escola, nos monumentos, em suma, “[...] nas instituições formadoras do sujeito.” (BOSI, 1979, p. 17).

Outrossim, a região mantém a influência da escrita da história produzida pelo Instituto Histórico do Ceará (1887) que difundiu a inexpressiva presença de negros no estado. Além disso, o discurso colonial que associa o negro ao escravo é revitalizado no pós-abolição, potencializando estereótipos (BHABHA, 2007). Diante disso, pode-se refletir se a passagem do hino de Redenção “não queremos escravos entre nós” não poderia ser, na realidade, “não queremos negros entre nós” em consonância com os estigmas da época. Torna-se mais difícil reconhecer o racismo sem o reconhecimento da existência de negros. Todavia, nos registros fotográficos dos “desfiles alusivos à abolição” (ocorridos em meados da década de 1970), localizados no acervo do Museu Memorial da Liberdade, é visível identificar afrodescendentes (negros e negras) da

cidade representando escravos nas senzalas (alegorizados, puxados por carroças a cavalos) assistidos por alunos (as) e professoras das escolas municipais.

Ademais, se os descendentes de libertos tivessem saído da cidade o que explicaria a sua presença no trabalho do roçado e nas fábricas de aguardente da região? É interessante observar que aquilo que o poder público silencia o Museu Senzala (espaço privado, localizado na cidade), faz questão de mostrar em seu “circo de horrores”. O que não significa, necessariamente, uma visão destoante da oficial, já que os significados de ambas as vertentes, como demonstrou Larissa Gabarra (2020), transmitem um processo histórico descontextualizado à consciência e ao protagonismo negro, mantendo a trajetória histórica dessas populações ora diante da benevolência do humanismo libertador, ora atrelada aos estigmas das correntes. Em contrapartida, suas vozes e suas memórias, nos principais espaços da cidade, continuam esquecidas.

Para os servidores entrevistados, e conforme mostram os documentos consultados no acervo do Museu Memorial da Liberdade, os destinos dos descendentes de escravizados ou das populações libertas da cidade foram os deslocamentos para outras regiões, como Fortaleza e cidades da região do Maciço de Baturité.

As informações sobre as cidades que teriam sido os destinos dessas populações, a manutenção de vínculos com o ex-escravizador e a marginalização social desses sujeitos evidenciaram-se como “saturações” (ALBERTI, 2005, p. 174) nas entrevistas temáticas, já que as respostas se repetem. Os libertos que permaneceram, seguiram trabalhando nas fazendas e morando em bairros com sérios problemas de infraestrutura ou nas serras da região, longe das áreas centrais.

Quanto às histórias de vida dos sujeitos descendentes de libertos, o relato do descendente de liberto B (advindo dos ensinamentos que recebera de sua avó e de sua bisavó, ambas escravizadas, por meio das memórias subterrâneas) mostra que todos foram criados “[...] num quadro [...] não existia político, havia um homem, o dono [...] esse era o nosso patrão [...].” Posteriormente, o entrevistado reforça que “[...] não existia político existia um negócio chamado de ‘jagunço’ que era uma tropa que andava no mundo tudo armado tipo os cangaceiros [...]”. Essa imagem construída pelo descendente de liberto, independente do tempo, é indício da consciência da

subalternização rememorada a que foram submetidas as populações negras em Redenção.

Essas memórias de experiências indiretas fornecem, à reconstrução histórica, indícios de que, para os escravizados e os posteriores libertos que permaneceram na cidade, não existiram percepções relativas à sua livre participação na política ou aos políticos em Redenção; mas, sim, sobre jagunços, embora os documentos confirmem a existência de organização política das elites locais na recém-inaugurada Câmara. Na realidade, essa representação do passado pode estar relacionada à imagem das “lideranças locais”, como sujeitos de força e de controle (SOUZA, 2012), o que pode ser elucidativo quanto ao primeiro nome da região (relembrado pela memória coletiva dos mais velhos): “Cala a boca”.

Os embates e as disputas pela memória representam um importante elemento para compreender os destinos das populações libertas na cidade. Por meio da história oral, constatou-se que os estigmas sobre os territórios em que habitam os descendentes de libertos, bem como a sua relação com a pobreza, são preconceitos que continuam cristalizados na mentalidade da população. Tais elementos confirmam que, possivelmente, a garantia da participação na riqueza coletiva não foi assegurada aos libertos e a seus descendentes. Todavia, as memórias dos descendentes no perímetro urbano ainda são silenciadas diante da memória oficial e coletiva.⁴⁵

Em Redenção, essas populações, mesmo que juridicamente livres, no pós-abolição não compreendiam nitidamente as suas possibilidades de inserção social. Atuavam apenas como trabalhadores, mesmo que não tenhamos o conhecimento real da sua condição de trabalho, em que pesem as evidências de controle e violência. Há indícios de que essas situações, guardadas as proporções, eram análogas à escravidão. Acredita-se que a condição das populações afrodescendentes, após a abolição, possa ser considerada, inclusive, como a de “não cidadão”, já que não foram localizadas medidas que os beneficiassem nas dimensões conjuntas de liberdade, de participação e de igualdade. Ademais, não houve benefícios nos desdobramentos da participação nos direitos civis, políticos e sociais dos libertos na cidade da Redenção, sendo comum

⁴⁵ A edificação de novos patrimônios e a problematização dos monumentos atuais e a localização de fontes em acervos públicos e particulares, além das manifestações culturais, podem contribuir para o dinamismo das memórias da escravidão e da abolição, no que tange ao reconhecimento da trajetória e da presença das populações afro-brasileiras para a pluralidade cultural na educação básica na região (LUZ, 2019).

em suas lembranças a representação da disciplinarização e da sequência do trabalho na roça e nas casas de farinha.

Uma das consequências diretas da não cidadania foi a falta de acesso à educação formal vivida pelos afrodescendentes entrevistados. Ambos são analfabetos. Contudo, essa condição não os impediu de participar e ampliar seus conhecimentos advindos da transmissão de saberes, os quais, estrategicamente, vieram e foram passados de geração a geração, por meio da oralidade. Esses saberes evidenciam — e, talvez, denunciam — que, no pós-abolição, a cidadania não foi conquistada pelos afrodescendentes, para que esses pudessem ultrapassar, definitivamente, os limites históricos impostos e tornar-se os donos e as donas de seus destinos na cidade de Redenção.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org.). *Fontes Orais*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania brasileira (Bahia, 1880 - 1900)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado de Campinas, Campinas, 2004.

ALONSO, Ângela. O abolicionismo como movimento social. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, nº 100, Novembro, 2014.

AMANTINO, Márcia Sueli. *A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de. *Cronologia Ilustrada de Fortaleza - Roteiro para um turismo histórico e cultural*, Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=category&id=297&Itemid=101>. Acesso 17 mar. 2021.

ARAUJO, Ana Lucia. Caminhos atlânticos memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos. *Varia hist. [online]*, vol. 25, n.41, p. 129-148, 2009.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Da diáspora cearense: classificações raciais e alianças em rotas entre o Ceará e a Amazônia. *Projeto História*, São Paulo, n. 56, Mai-Ago. 2016.

BARICKMAN, Bert Jude. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881). *Revista Afro-Ásia*, 21-22, p.177-238, 1998-1999.

BARROS, Deolindo de; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. 6 (2), 2015. Disponível em: <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/186>> Acesso 10 Fev. 2018.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2007.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educ. rev.* n.12, p.153-165, 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – lembrança dos mais velhos*. São Paulo: T.A Queiróz, Editor, 1979.

CÂMARA DE VEREADORES DE REDENÇÃO, *sd, sp*

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CUNHA JR, Henrique. “Africanidade, Afrodescendência e Educação”. In: *Educação em Debate*. Fortaleza: Ano 23, v. 2, nº 42, 2001.

FUNES, Eurípedes Antônio. In SOUZA, Simone de. *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GABARRA, Larissa. Monumentos de cativoiro são circo de horrores para a consciência negra. *Ceará Crioulo*. Disponível em: < <https://cearacriolo.com.br/monumentos-de-cativoiro-sao-circo-de-horrores-para-a-consciencia-negra/>>. Acesso 19 mar.2021.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 1962.

GILROY, Paul. *Entre campos – nações, culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, Arilson dos Santos. *Africanidades e diversidades no ensino de História: entre saberes e práticas*. Educ. rev. [online]. n.64, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602017000200189&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso 17 jul.2018.

GOMES, Arilson dos Santos. Migrações, populações negras e representações em Marabá, Sudeste do Pará (1913-1983). *Seaculum Revista de História*, PPGH/UFPB, nº 40, 2019. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/43765>>. Acesso 07 dez.2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005.

GOMES, Flavio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. Raça, Pós-Emancipação, Cidadania e modernidade no Brasil. In: *Da nitidez e invisibilidade – Legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. *O Cabra do Cariri Cearense A invenção de um conceito oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

KOTSCHO, Ricardo. Cidade que antecipou a Abolição hoje vive escrava da violência. *O Estado de São Paulo*, 07/05/2006, Nacional, p. A16,17. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/319482/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso 19 mar.2021.

LIVRO DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS, Redenção - Ceará, 1876.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LUZ, Itacir Marques da. *No interior da memória: caminhos, símbolos e fontes de um passado afrobrasileiro*. *Revista Debates em Educação*, UFAL, v.II, nº 23, Jan./Abr. 2019. Disponível em:< <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6216/pdf>> Acesso 21 mar.2021.

MACIEL, Wellington. Usos de uma cidade da liberdade: estudantes africanos em Redenção. *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 79, Jan./Abr. 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792017000100189&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso 27 dez.2017.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2012.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza Martins. Processo de abolição no Ceará: História, Memórias e Ensino. *Revista Historiar*, vol. 06, n. 11, p.06-25, 2014.

MATTOS, Hebe. Terras de quilombo: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo – Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 415-436.

MILES, Tshombe L. *A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

MOREL, Edmar. *Vendaval da liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Coleção Cultura e Identidade Brasileira, Autêntica, 2004.

PAIVA, Eduardo França. *Povos das Minas no Século XVIII*. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan./jun., p.23-55, 2009.

PARÉS, Luiz Nicolau. Escravidão, pós-Abolição e a política da memória. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, nº 49, Jan./Jun., p.353-364, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso Jan.2018.

RATTS, Alecssandro J.P. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. *Revista Cadernos Ceru*, série 2., n. 9, p.109-127, 1998.

RIBEIRO, Matilde. Políticas de promoção da igualdade racial: impulso às ações afirmativas e à educação étnico-racial. *Revista Pedagógica do Programa de Pós-graduação*

em *Educação da Unochapecó*, v.16, n.º.33, Jul./Dez. 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2845>>. Acesso em Maio.2019.

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. *Liberdade ainda que precária: tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. *Revista Estudos de Literatura Contemporânea*, n.º 31- Brasília, Jan./Jun. 2008. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3231/323127095007.pdf>>. Acesso em 16 de mar. 2021.

SCHMDT, Maria Luiza Sandoval; MAHFOUD, Miguel. *Halbwachs: Memória coletiva e experiência. Psicologia/USP*, São Paulo, 1993. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1678-1771993000100013&script=sci_arttext. Acesso 23 Fev. 2016.

SILVEIRA, Maria Ladeisse. *Prefeitos de Redenção (Intendentes)*. *Sd.*

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *Catirina, minha nêga tão querendo te vende. Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX*. Fortaleza: Secult, 2011.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira et al. *Descobrimo e construindo Redenção*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011.

SOUZA, Américo do Carmo; SILVA; Maria Valdylene Jacó da. Entre a história e a memória: narrativas escritas e visuais sobre a abolição da escravidão no em Redenção - CE. *Anais da Semana Universitária da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira*, 2016.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia: hierarquias, lealdades e tensões nas trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus*

(1988-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

THOMPSON, Edward. *A miséria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANA, Francisco José de Oliveira. O typo brasileiro. Seus elementos formadores. In: *Dicionário histórico, geográfico e etnológico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de Magia e Sobrevivência: Sociabilidade e Práticas Mágico-Religiosas no Brasil (1890-1940)*. Doutorado (História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

XAVIER, Patrícia Pereira. *História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949)*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. <<http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0389.pdf>>/Acesso em 17 jul. 2013.

Recebido em: 07 de abril de 2021

Aprovado em: 19 de julho de 2021